



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO DIREITO SOCIAL E SEUS NÍVEIS DE PROTEÇÃO

Mirla Menezes Da Silva ¹

Evelin Alves Da Silva ²

Prof^a Dr.^a Cinthia Fonseca Lopes ³

RESUMO

Este trabalho compõe o rol de estudos da pesquisa “Requisições e Competências postas aos Assistentes Sociais na Política de Assistência Social: Uma análise dos Manuais e Orientações Técnicas do Governo Federal. A partir dos estudos preliminares da referida pesquisa buscou-se nesse resumo apresentar a construção da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social- SUAS. No Brasil, a política de assistência social teve ascensão com a Constituição de 1988, que inseriu a segurança social como um dos pilares do sistema de proteção social. O direito de Assistência Social que foi estabelecido pela CF-88, e foi consolidado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993 definiu as bases para a política de assistência social no país, introduzindo o conceito de assistência social como um direito do cidadão. Esta política foi institucionalmente consolidada pela Política Nacional de Assistência Social de 2004 (PNAS-04) que também regulamentou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005. Esse Sistema tem como objetivo organizar a oferta de serviços, programas e benefícios para a população em situação de vulnerabilidade e risco social. Uma das principais características do SUAS é sua abordagem descentralizada e participativa. Ele transita na articulação entre os níveis de governo (federal, estadual e municipal) e na participação da sociedade civil para planejar, executar e monitorar as ações de assistência social. Sua prestação de serviço esta divididas em dois níveis de proteção: A proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, No âmbito da Proteção Social Básica temos os seguintes serviços e equipamentos: os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que são responsáveis por oferecer serviços de proteção social básica, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Eles atendem principalmente famílias em situação de vulnerabilidade, , buscando fortalecer seus vínculos familiares e comunitários e promover a inclusão social. Por sua vez, a Proteção Social Especial se materializa por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que prestam serviços de proteção social especializados a indivíduos e famílias em situações de maior complexidade, como vítimas de violência, abuso ou exploração. Eles atuam de forma interdisciplinar, envolvendo psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e outros profissionais para oferecer um atendimento adequado às necessidades específicas dos usuários. Desde modo, o CRAS atua na prevenção da violação dos direitos, e o CREAS é acionado quando esses direitos já foram violados. A metodologia utilizada nessa pesquisa foi a análise bibliográfica, por meio de manuais e orientações técnicas do Governo Federal.

Palavras-chave: Política de Assistência Social; Seguridade Social; Proteção Social.

Unilab, Palmares , Discente, mirla_menezes@hotmail.com¹

Unilab, Palmares , Discente, evelinalves@aluno.unilab.edu.br²

Unilab, Palmares, Docente, cinthiafonseca@unilab.edu.br³